

Publica-se nas quartas-feiras e sábados. Subscryve-se nesta typographia.

## POLITICOS E LITTERARIOS.

O preço da assignatura he de 2 \$ rs. por trimestre, pagos adiantados.

Rio de Janeiro. Typ. imperial e constitucional de J. VILLENEUVE e COMP., rua d'OUVIDOR N. 65.

## INTERIOR.

## DA OPPOSIÇÃO NA CAMARA DOS DEPUTADOS.

A Resposta à Falla do Throno confirmou uma previsão importante sobre a sorte da politica actual. A opposição parlamentar transformou-se em maioria. Nos paizes livres a perda da maioria nas Camaras, é quasi sempre o derradeiro facto, que adverte os Ministros de que é tempo de retirar-se. A queda do Ministerio pelo voto da Camara foi precedida de todas as manifestações do descontentamento publico. Tudo foi gradual, e progressivo; nenhuma precipitação fez-se sentir na marcha da Opposição; ella condemnou o Ministerio, quando já os acontecimentos, os homens, e as cousas o haviam condemnado. Mas o Poder simula desconhecer as significações d'aquelle facto, e procura illudir sua posição. Entretanto o Poder está sem força, e o Brasil sem confiança. Inconvenientes graves se occultam no seio d'esta situação, inconvenientes para o proprio Poder, para a ordem constitucional, para o paiz. Quando a opinião se formula distinctamente contra os Governos, elles devem limitar-se a ter pesares, e nunca lutar contra a poderosa torrente de tantas vontades adversas. Obrar de outro modo é tomar inutilmente uma attitudē facciosa, e offerecer o mais funesto dos exemplos.

A declaração feita pela Camara contra a transacta Administração, foi sem duvida alguma um notavel serviço feito aos interesses do paiz; mas si n'isso se esgotar o systema de resistencia, si a Camara renunciar á seus direitos de maioria, aquelle serviço tornar-se-ha completamente nullo em seus resultados. A questão, que hoje agita todos os espiritos, póde ser estabelecida da maneira seguinte—A confiança é por ventura uma condição indispensavel, para que possa a Camara prestar sua cooperação ao Ministerio? O Governo por sua parte tem resolvido negativamente a questão. Segundo o seu systema, basta que o Poder irresponsavel deposite confiança nos seus Secretarios d'Estado, a Camara não tem que exercer influencia alguma sobre a natureza do Ministerio; a sua confiança ou desconfiança não devem pesar na balança das escolhas; ella

tem obrigação de fornecer todas as medidas ao Governo, qualquer que possa ser a linha de seus principios e tendencias. N'este systema a Camara é considerada como uma materia inerte, como um simples utensilio destinado ao fabrico das medidas, como uma maquina sem vida, sem intelligencia, sem vontade propria, que deve funcionar, logo que a mão do mestre lhe communicou o primeiro impulso. É este o bello ideal do materialismo parlamentar. Não é facil descobrir na historia o modelo, que inspirou a primeira ideia d'este magnifico systema; talvez fosse o longo Parlamento de Cromwell, a quem o despreso da Inglaterra marchou com o vil sobre-nome de *rump*. Nós não exageramos causa alguma; reproduzimos exactamente as legitimas consequências do pensamento do Governo. Ora a Camara no interesse do do Brasil, e pelo sentimento da propria dignidade, não quererá certamente redosir-se à uma similhante condição. A despeito das extranhas pretensões do Poder, ella não póde, e nem deve prestar os recursos do paiz à todo o Ministerio, cujos principios não forem os seus, ou não merecer a sua confiança. A religião da Camara só póde ser desvairada pelos falsos aspectos dos interesses publicos, e nunca pela pusillanimidade, que dá origem ás mais funestas transigencias. Antes de constituir fortemente a authoridade, antes de investil-a das forças exigidas para satisfazer as necessidades de sua existencia, é mister que a Camara se convença de que o Ministerio não comprometterá em vez de garantir o successo das medidas, que se lhe concede.

Tem a Camara confiança na actual Administração? A affirmativa seria impossivel. Ninguém desconhece, que o novo Gabinete foi organizado para continuar a marcha politica do precedente, para falsear o voto da Camara, para mystificar o espirito publico. Entre os dous Ministerios ha a simples differença de individuos, e não a das cousas, e dos principios: um nome de mais, outro nome de menos, e a situação politica é sempre a mesma. Entretanto o Brasil acha-se no meio dos mais graves embaraços; o descontentamento é profundo e geral contra a presente ordem de cousas; nenhuma necessidade póde ser satisfeita pela impotencia

governativa; a integridade do Imperio é vivamente ameaçada; Rio Grande demanda medidas promptas e energicas para a cessação da guerra civil. N'estas circumstancias o que deve fazer a Camara? Dous caminhos diversos se offerecem ao seu discernimento. Sustentar a nova Administração, e ministrar-lhe todas as medidas convenientes, ou recusar-as completamente, convidando d'este modo o Poder irresponsavel a compôr um Ministerio parlamentar, que beba os elementos de força, de estabilidade, e de duração na confiança da Camara, e do paiz.

O primeiro caminho, em nossa maneira de ver, deve repugnar à consciencia dos representantes do Brasil. Atacar o Ministerio transacto, e apoiar o actual, é uma visível inconsequencia, que nada poderá salvar; a Camara pareceria adorar a força, que se obstina. Sinceramente não concebemos, que se possa pôr o sangue de alguns milhares de cidadãos, e o producto dos suorés do contribuinte à disposição de Ministros, em que se não confia. A necessidade de medidas proprias à sopear a desordem, que dilacera uma das mais interessantes das nossas Provincias, é sem duvida obvia, e urgente; sim; mas não é nisso que reside a difficuldade da questão. Ella reside n'esse instincto secreto, que faz temer aos homens imparciaes, não a força da authoridade, mas o uso inhabil e fatal das medidas, que forem concedidas. Esse instincto faz perder de vista a questão de direito, para preoccupar os espiritos com a questão de facto, e do interesse de circumstancia.

A Opposição passando à ser maioria recebeu o legado de uma immensa responsabilidade. O que fará a Camara no anno proximo, quando as medidas sendo empregadas em perda propria, as calamidades do Rio Grande se houverem ainda mais aggravado? Declarará sem duvida outra vez na Resposta à Falla do Throno, que o Ministerio não tem a confiança nacional; fecunda e importante declaração! Outro Ministerio será organizado no mesmo circulo politico, não para satisfazer-a, mas para resistir-lhe, e talvez então se desça de um grão ainda mais abaixo no partido para escolha dos novos Secretarios d'Estado. A Camara apoiaria ainda o Ministerio, para derrubar-o na sessão seguin-

te, e assim successivamente se iria revolvendo no circulo de interminaveis experiencias. Mas os jogos de acaso não devem ser permitidos, quando se trata do sangue dos cidadãos, e da integridade do Imperio.

Este procedimento seria cheio de inconvenientes de toda a especie. A critica pura dos actos do Governo não basta para satisfazer as necessidades do paiz, e per si só pouca authoridade tem. Si ao lado d'ella se não faz sentir uma outra força, si a firmeza e energia não são symptomas da potencia, o publico descontente se alienará das Camaras, imputando-lhes falta de plano, de vistas politicas, de energia, de disciplina, ou outro qualquer vicio interior, causa secreta de impotencia. Desesperando da Camara, e entregue a seus proprios esforços contra o máo Governo, elle tomará nas Provincias por chefes e alliados esses homens violentos, a quem só as paixões conduzem, que dominam cegamente os prejuizos de seita ou de posição, e que tudo esperam da desorremos.

Resta um unico meio, pelo qual a Camara pôde remover as difficuldades da presente situação. Consiste elle em recusar todas as medidas ao Ministerio. Esta repulsa implica a solemne declaração, que a Camara não quer arriscar os destinos publicos, e comprometter a sua responsabilidade moral, sustentando uma Administração anti-parlamentar, em quem não tem confiança. As consequências d'este procedimento não poderão recahir sobre a Camara; o Brasil o sabe; recahiriam sobre aquelles, que se obstinam em conculcar o systema constitucional, em desconhecer os primeiros deveres de sua missão. Obrando d'esta maneira a Camara fará, o que fariam todas Camaras do mundo em identicas circumstancias.

O grande merito do systema representativo cifra-se em ter achado o meio de forçar o Poder a reconhecer os interesses, os principios, as necessidades das maiorias, sem o expediente calamitoso das revoluções. Quando o Poder recusa as condições da sua criação, os representantes do paiz, retirando-lhe o seu apoio, o deixam isolado no meio da sociedade, até que a necessidade o decida a seguir a direcção das influencias legitimas. Tal é o pacifico expediente, que suggere a crise actual. A Camara não pôde collocar-se em huma falsa posição, accetando hoje como hum bem, o que hontem deplorava como um mal. A politica das Camaras deve ser essencialmente preventiva. O Brasil acha-se hoje em uma profunda atonia, fructo do desgosto da ordem presente, mas esse estado de torpôr pode de um

momento a outro ser substituido por incalculaveis irritações; e então que pesares de não haver-se seguido uma marcha forte e decisiva! Quem pôde calcular o que occorrerá no Brasil de hoje ao proximo anno? Caminhando de ponto em ponto é possível chegar-se ao fim do mundo, e as paixões sociaes marcham rapidamente, quando uma vez despertadas.

Pede-se-nos a inserção do seguinte artigo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO PUBLICO;  
NECESSIDADE DE UM LYCEO.

Qualquer que seja o systema politico adoptado pelo Governo, si o seu intento não é suffocar todas as ideias e paralisar a marcha da civilisação, deve lançar vistas paternaes sobre a educação da mocidade, tão falta entre nós de meios de instrução, que é forçada a ir mendigar nos paizes estrangeiros os elementos de algumas sciencias, que por mal ensinadas entre nós equivalem a uma quasi ausencia de principios. Em um paiz como o nosso, onde não ha propriamente o que em outras Nações se chama povo, onde todas as pessoas livres, por uma circumstancia natural, procurão distinguir-se da classe condemnada à servidão e ao trabalho, e por isso aspiram aos publicos empregos, e a todos os lugares nobres, que as instituições livres poem ao alcance de todas as capacidades, uma tal negligencia da parte do Governo em cuidar na instrução da mocidade, é uma falta grave, que deve arrastar funestas consequências, não só para a ordem publica, como para sua estabilidade. Carlos Magno, subindo ao throno, não se limitou à carreira das conquistas, nem a trilhar a antiga estrada de seus antepassados; desejoso de uma gloria immortal, elle empenhou-se em illustrar a França, em fundar Escolas, em reformar instituições e costumes, e mudando assim a face de seu vasto Imperio, mereceu a benção da humanidade, que o considera como o verdadeiro genio da civilisação moderna. O homem, em qualquer posição em que se ache, reflecte sempre aquillo que elle é; e Carlos Magno, apesar de não saber escrever, era um dos homens de mais vasta intelligencia, que os tempos obscuros produziram; e por isso elle soube emprehender a missão de um chefe de estado, por isso elle honrava e distinguia todos os sabios, e pôde chamar a si, todos os litteratos da Italia depositarios dos restos da antiga civilisação. Mas que espectáculo deve apresentar um chefe do poder, destituído das luzes do seculo em que vive? Incapaz

de promover o bem publico, encerra-se no pequeno circulo de uma politica obscura, de intrigas e patronatos, e longe de captar os espiritos dos homens illustres, elle os considera como seus proprios inimigos, si elles tem a coragem de censurar os seus actos, e indicar-lhe a verdadeira estrada de um chefe do poder.

A grande distancia em que estamos da Europa, as grandes despesas e difficuldades de uma viagem aos paizes civilizados, a que nem todos podem fazer face, deveria ter merecido a attenção do Governo. Com vergonha confessamos, que até o necessario nos falta. Na capital do Brasil, sede do Governo, de duas Camaras Legislativas, e de algum movimento commercial nenhuma só cadeira existe de Economia Politica, de Direito Publico Constitucional, de Historia Nacional ou Estrangeira. De Eloquencia e de Philosophia, a menos que se não queira considerar como Philosophia, os principios de Genuense, que ainda se ensinam nas nossas escolas.

Si não podemos ter diversas Academias de Sciencias e Letras, taes como possuem as capitães da Europa, onde a maneira de ensino, a bondade dos professores, a recompensa dos talentos, convidam a mocidade a precipitar-se cheia de enthusiasmo, nesses vastos amphitheatros, cheios de vida de attenção e de sabedoria, ao menos já podíamos ter um Lyceo, proporcionado as nossas forças, onde se ensinassem alguns ramos mais essenciaes de sciencias, letras e artes, de que tanto carecemos.

Si isto se vê na capital do Imperio, onde ha sempre maior affluencia de capacidades o que diremos nós dessas Provincias?

Por falta de um Lyceo, onde se devem preparar e formar-se os professores das cadeiras primarias, estão estas tão mal suppridas, que quando os meninos saem de seus bancos, apenas sabem mal ler e escrever, ignorando completamente a Geographia, a Arithmetica, a Rethorica, e elementos de Historia, que devem entrar na instrução primaria; e o que é mais vergonhoso os mesmos professores ignoram todos estas cousas, por não terem sido habilitados competentemente.

Assim a intelligencia não se pode desenvolver nem encontra outro caminho, senão o da Medicina e o da Magistratura, ou então vêm-se os moços forçados a ir bater a porta dos Ministros reclamar um emprego, que a força de empenhos se lhes concede. E queixam-se ainda de que não se cultivam as sciencias, as letras e as Artes! E como se ellas não-de cultivar, si a mesma ordem de



cousas continua, se nenhuma providencia se tem dado a este respeito? Não são os particulares que se devem occupar com isso. A nação paga aos seus mandatarios, e se entrega à sua disposição, e espera com todo o direito que elles cumpram com o religioso dever que lhes impõe o seu cargo. O mal não é de hoje, dir-se-ha; É certo. Mas o que se tem feito para remedial-o? que progresso temos tido? novos planos no ensino publico se tem apresentado? Dimittir, e despachar, eis o unico expediente dos nossos Ministros. O Brasil em 1837, está como o Brasil em 1821. O que está, já estava, o que se faz de novo é uma continuação mesquinha do que se fazia, e para maior desar e prejuizo nosso, alguns estabelecimentos tem perdido seu antigo esplendor, outros tem parado por falta de medidas, e de homens que tomem a peito, o bem publico.

Não, nós não tivemos ainda um Governo amigo do Progresso, um Governo que impo-esse a si mesmo uma grande missão, um Governo zeloso de sua gloria senão dos interesses Nacionais, e que se apoderasse desta ideia, que os Povos quando não marcham retrogradam, e que aquelles que se acham á sua testa são os responsaveis de seu aviltamento.

Nenhum interesse temos de apontar os passados erros da nossa administração: o desejo somente de ver o Brasil prosperar, nos excita a chamar a attenção do Governo sobre a instrução publica até aqui entregue ao acaso.

Governos tem havido immoraes, e reprovados pela sabedoria dos homens mas que com tudo a par de grandes erros politicos deixaram monumentos eternos que reclamam a veneração e a estima dos homens, e as faltas que commetteram foram assim compensadas e mesmo desculpadas. Leão X, os Medicis, Luiz XIV deixaram um grande nome, e por certo não pelas suas virtudes publicas e eminentes qualidades politicas, mas pela maneira generosa com que protegeram as sciencias e as Artes, que nos seus reinados floresceram. O Marquez de Pombal é ainda hoje o orgulho dos Portuguezes, porque esse habil Ministro, que não está exento de graves censuras deo a Portugal sua antiga grandeza, restaurando as letras e as sciencias amortecidas. Hoje mesmo em França, em Inglaterra, na Allemanha e em algumas partes da Italia, apesar de uma excessiva superabundancia de ensino, se oriam novas cadeiras em todos os ramos de sciencia e de letras cuja existencia nem podemos imaginar. Ali o genio é tratado com uma

veneração quasi religiosa, o talento respeitador e chamado para as eminencias do Estado, e a mocidade no meio mesmo dos prazeres encontra uma instrução solida e variada, e no concurso de tantas luzes geralmente espalhadas, o estudo, esta necessidade do espirito é já uma necessidade do coração e uma satisfação de prazeres.

Ora nós não podemos chegar de chofre a este ponto de illustração, mas nunca chegaremos si não se aplanar a estrada escabrosa em que marchamos e que todos os dias se vai obstruindo pelo esquecimento do Governo.

Si um geral descontentamento se apodera hoje de todos os espiritos, si a incerteza do futuro abafa todas as ideias generosas é sem duvida pela negligencia do Governo que não sai de sua enercia, nem se afasta de seu systema pautado não sei porque norma que todos os bons espiritos condemnam. Parece que é incerto o dia d'amanhã, e que a terra não está firme debaixo de nossos pés, a crença nos homens desapareceu, e com ella todas as esperanças; dir-se-ia que nós pendemos para o precipicio, e que um total desmembramento nos aguarda.

Um só acto do Governo basta para fazer renascer as esperanças da Nação e restabelecer a segurança publica. E quem liga os braços do Governo? quem lhe embarga os passos? Si elle julga não poder obrar livremente sem encontrar embarços, por ventura não lhe é dado indicar, e propôr meios com que possa merecer a estima publica, e captar a benevolencia dos homens? Cumpra o Governo com o seu dever, e deixe o resto á sabedoria das Camaras e á consideração da Nação que não faltará de lhe fazer justiça pelos serviços prestados a causa publica.

M.

#### PROPOSTA DO MINISTERO DA GUERRA

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

A Provincia do Rio Grande de S. Pedro reclama hoje, mais do que nunca, toda a vossa sollicitude, e, quanto antes, o emprego de todos os recursos, ainda com algum sacrificio, para ser arrancada das garras da rebelião, que desola infrene a maior parte de seu territorio; e para que com ella se sustente a integridade do Imperio. Embora a legalidade occupe ainda ali tres importantes pontos fortificados, embora haja ali muita gente sinceramente devotada á forma do nosso Governo Monarchico Representativo, votos nada valem, se os homens e se as leys não são protegidas pela força armada, unico objecto de sua criação e manutenção.

As forças que vós decretasteis, pela ultima ley de fixação, ao primeiro intuito podem parecer bastan-

tes: quando, porém, se descer ao detalhe das suas posições, e ás necessidades reaes das Provincias, ficará desvanecido um semelhante juizo, e reconhecerá a indispensavel necessidade de serem augmentadas.

Dez mil duzentos e sessenta e um individuos militares compoem o estado completo dos corpos do exercito, segundo a actual decretação, comprehendendo-se a respectiva officialidade; mas, abatida a força de 1,056 do corpo de ligeiros de Matto Grosso, que d'ali não pôde ser removido, e a de 102 praças das companhias de artifices, que se não devem reputar combatentes, restão 9,018, as quaes repartidas com a maior economia e zelo, como seja para a guarnição do Pará 3,000, Maranhão 400, Pernambuco 800, Bahia 1,000, S. Paulo 400, e Rio de Janeiro 800, deixão disponiveis sómente 2,005 praças de pret, deduzida a officialidade respectiva; não fallando nas outras Provincias menores, em que pede a prudencia e o serviço que se conserve alguma força, para entreter a tranquillidade interna e auxiliar a acção das leis.

E é com tão diminuta força que o Governo Imperial pôde debellar no Rio Grande os revolucionarios, crescidos em numero, senhores de quasi toda a campanha, e que por todos os modos, procurão desmoralisar o resto da legalidade?

E é com o actual systema de recrutamento que os corpos podem ser levados ao seu estado completo, e o Governo ter á sua disposição meios de manter a integridade do Imperio quando ameaçada? Poderia um tal systema servir para o tempo de paz; porém, para as circumstancias em que nos achamos, não só não convém, como deve ser já substituido por outro.

Provavel é que, com o acanhado actual systema de recrutamento, não obstante as modificações que nelle agora vos tenho de propôr, se não possa conseguir o numero de combatentes indispensaveis para supprir as necessidades em que nos achamos, pelas circumstancias da nossa patria; e então cumpre que se lance mão dos recursos de que o Brazil já se tem servido, e de que todas as nações se aproveitam em semelhantes crises: fallo do engajamento de estrangeiros para nos coadjuvar no serviço militar.

Reconhecida pois a urgentissima necessidade de soccorrer a Provincia do Rio Grande de S. Pedro, mingua de outros meios, e morosidade do actual recrutamento, venho de ordem do Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, apresentar-vos a seguinte proposta:

Art. 1.º O Governo fica desde já autorizado a elevar a força do exercito para o anno financeiro de 1837 a 1838, a metade mais da que foi decretada.

Art. 2.º Para completar esta força, fica igualmente autorizado o Governo a engajar dentro ou fóra do Imperio, individuos proprios para o serviço militar, bem como a recrutar todos os brasileiros de 18 a 35 annos de idade, que não forem casados, viúvos com filhos, ou filhos unicos de viúvas, com tanto que, uns e outros vivão no seio de suas familias.

Art. 3.º O engajamento de estrangeiros não excederá da terça parte das forças recrutadas e engajadas, guardada quanto fôr possível a mesma relação, pelo que respeita ás forças estacionadas, ou em operação em qualquer ponto do Imperio.

Art. 4.º A disposição do artigo 2.º é extensiva também aos alistados na Guarda Nacional, até a completa pacificação da Provincia do Rio Grande de S. Pedro, ficando para este fim suspensa pelo mesmo tempo, a disposição do artigo 9 da lei de 18 de Agosto de 1831.

Art. 5.º Abonar-se-ha aos voluntarios a gratificação de 60 a 90 \$ rs. que lhes será paga em prestações, de tres em 3 mezes, dando-se-lhes a primeira no acto da verificação da praça.

Art. 6.º Estes voluntarios servirão somente o tempo marcado na lei de 6 de Outubro de 1835, findo o qual, querendo continuar a servir, se lhes abonará a gratificação estabelecida no artigo 4.º da lei de 26 de Agosto de 1835.

Art. 7.º A organização dos corpos destacados das Guardas Nacionais para o serviço das guarnições, será feita pelo Governo na Corte, e pelos Presidentes nas Provincias, precedendo informações dos Commandantes Superiores, segundo as qualificações dos artigos 121 e 122, e disposições dos artigos 126, 127 e 128, da lei de 18 de Agosto de 1831, revogados todos os demais artigos do respectivo titulo da mesma lei.

Art. 8.º Ficão sem effeito todas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de Maio de 1837. — José Saturnino da Costa Pereira.

— De um folheto recentemente publicado sobre as nossas negociações com a Corte de Roma relativamente à confirmação do Bispo eleito, extrahimos as seguintes observações:

« As explicações a que se referiram os dous Relatorios de 1834 e 1835, apresentados pelo Ministro da competente Repartição em principios do mez de Maio do respectivo anno, à Camara dos Srs. Deputados, não podião ser sufficientes, ou antes devião ser inteiramente oppostas ao fim de determinar por meio da razão e da justiça o animo do SS. Padre a conceder as bullas; e isto tanto mais, por ser mui bem sabido e notorio que conferencias houveram n'aquelle tempo na Corte entre o Encarregado de Negocios da Sua Santidade e os nossos Ministros, que outras explicações não souberam dar senão que a nomeação não tinha sido boa, que o Governo não a faria outra vez, mas que, estando já feita, devia-a sustentar. Com effeito, é constante que a Santa Sé julgou-as como devia julgar-as, absolutamente improprias e insufficientes; porém a mesma Santa Sé não se mostrou por isso menos disposta a receber e admitir explicações taes, que podessem tirar qualquer obstaculo, e aplunar o caminho à confirmação do Sr. Moura, no que o Governo mostrava por o maior empenho e o mais vivo interesse. Em consequencia desta favoravel disposição, a Santa Sé, de intelligencia, e a pedi-

do do nosso Ministro Plenipotenciario em Roma, então o Sr. Rocha, deo suas instrucções a respeito ao Encarregado de Negocios Pontificios n'esta Corte; e tal se nos certifica que foi a lealdade e franqueza com procedo a Santa Sé n'este particular, que não dividiu entregar os officios para o sobre-dito seu Encarregado de Negocios n'esta Corte ao proprio nosso Ministro, que, considerando a importancia do resultado que acabava de alcançar, destacou da Legação o addido, seu proprio filho, para despachal-o em qualidade de Correo ao Rio de Janeiro, para a mais prompta e segura expedição d'aquelles e outros officios relativos ao mesmo objecto. O momento de entender-se por meio de razoaveis explicações tinha realmente chegado. Sua Santidade nada pedia ao Governo: as explicações, de um genero inteiramente ecclesiastico e consciencioso, deviam dar-se pelo proprio Sr. Dr. Moura, não como cidadão Brasileiro, nem como Deputado, mas unicamente como um Padre que, devendo subir à Cadeira Episcopal, carecia esclarecer algumas duvidas existentes no animo do Chefe do Episcopado, a quem compete *ex munera sui officii*, dar ou negar a instituição canonica, a missão e jurisdição espirital. Qual foi o resultado? Ah! temos outros actos ministeriaes, até do proprio Sr. Moura, prestes a informar-nos de que genero forão as explicações que n'esta occasião se deram à Sua Santidade: entendemos fallar do officio do Sr. Alva Branco em 10 de Junho de 1835, ao Sr. Moura, e da resposta d'este áquelle Ministro em 11 do mesmo mez e anno. Estes dous documentos são bem conhecidos do publico, que os leo com espanto na parte official do Correo de 11 e 16 de Junho do dito anno de 1835, e é inutil acrescentar aqui observações sobre elles; bastará só notar que, sendo autorisado o Encarregado de Negocios da Santa Sé para receber do Sr. Moura uma explicação ou declaração, meoantes que o Encarregado fizesse e tivesse tempo de dar passo algum, o Governo apressou-se em prevenil-o, prestando-se a facilitar a projectada declaração de um modo na verdade bem estranho. — *Constando ao Governo Imperial*, assim escreveu o Ministro ao Sr. Moura, *que ao Encarregado de Negocios da Sua Santidade n'esta Corte viera ordem para exigir de V. Ex. uma resposta. . . . Manda a Regencia, em nome do Imperador, declarar a V. Ex., que lhe será muito desagradavel se V. Ex. annuir a semelhante exigencia.* — E o Sr. Moura apressou-se igualmente em patentear suas boas disposições, em prestar-se a alguma explicação, respondendo no dia immediato ao Ministro, *que o Encarregado de Negocios da Sua Santidade n'esta Corte até hoje ainda me não procurou por semelhante fim; mas, quando o fizesse, inutil o seria uma tal tentativa, pois que. . . . jamais daria um passo tão indiscreto. . . . cobrindo-me de ridiculo aos olhos de meus concidadãos.*

Na verdade, aqui temos denegação absoluta de explicações, pois que o Governo declara ao Sr. Moura que lhe seria muito desagradavel annuir Sua Ex. a exigencia de explicações; e o Sr. Moura declara ao Governo que jamais daria um passo tão indiscreto: isto faria o mais saliente contraste com aquella affirmativa da Folla do Trono, depois de dois annos de explicações reciprocas. — Por conse-

guinte, persuadindo-nos da existencia de outras explicações que podessem tornar mais exacto e completamente veridico o que se diz na Folla a este respeito, cuidamos que talvez se contrariam em outros documentos; e por consequente, tomando sobre isto as mais exactas informações possiveis, vimos com effeito a conhecer que, depois d'aquelles dois Officios de 10 e 11 de Junho de 1835, actos publicos e sollemnes passados aqui no Rio de Janeiro, o nosso Enviado em Roma no fim de Agosto d'aquelle anno fez saber, não só verbalmente, mas tambem por escrito ao Gabinete Pontificio que o nosso Governo tinha prohibido ao Sr. Moura fazer a projectada declaração, e além d'isto não tinha querido o mesmo Governo admitir a renuncia do Bispo que o Sr. Moura offerecera; acrescentando o nosso Enviado que sobre tudo isto recebera elle uma carta do proprio Sr. Moura, na qual se doe do estado de coacção em que se achava, por ser-lhe prohibida a declaração e ver-se recusada a renuncia. Isto é, a bem entender-se, o mesmo que dizer na cara ao SS. Padre: — O Governo do Brasil tem á sua disposição dois meios de sahír do embaraço em que está collocado, um que lhe offerecera Vossa Santidade, pedindo uma declaração, e outro que lhe offerecera o Bispo nomeado, pedindo a sua demissão. O Governo recusa e despreza um e outro d'estes meios, insiste na sua pretensão, e quer absolutamente que Vossa Santidade ceda, confirmando para e simplesmente o individuo apresentado, embora este não queira ser Bispo, Vossa Santidade haja de obrar contra as leis, contra os Canones e contra sua propria consciencia. — Se este modo de argumentar possa considerar-se como uma explicação plausivel, se um discurso semelhante possa qualificar-se digno de um Governo liberal que respeite os direitos individuaes dos homens, e não queira forçar a ninguem a actos contrarios ás leis, ás consciencias, á verdadeira liberdade, e que em fim de veras não queira *faltar jámais ao respeito e obediencia devidos ao Chefe da Igreja Universal*, como com edificação se lê na Folla: o Publico, com sua moderação, bom senso, justiça e imparcialidade, o decida.

Nas eleições a que se mandou novamente proceder na Provincia de Sergipe, sahiram eleitos:

#### DEPUTADOS.

Os Srs: Joaquim Martins Fontes,  
Aniquio Fernandes da Silveira,

#### SUPPLENTES.

Mauoel Joaquim Fernandes de Barros.  
Manoel Joaquim de Souza Brito.

#### AVISO.

As reclamações que os Srs. Subscriptores houverem de fazer, devem ser dirigidas à Typographia do Jornal.